

# *I.M.T. – Instituto de Medicina Tradicional*

## ***Regulamento Disciplinar***

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **ARTIGO 1.º**

##### **ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

O presente regulamento aplica-se a todos os que, por inerência da sua inscrição ou frequência, façam parte do Corpo Discente do Instituto de Medicina Tradicional, adiante designado por I.M.T.

##### **ARTIGO 2.º**

##### **SUJEIÇÃO AO PODER DISCIPLINAR**

1. As pessoas referidas no artigo anterior, estão sujeitas ao poder disciplinar do I.M.T., exercido através dos órgãos competentes enunciados no presente Regulamento, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal em que eventualmente tenham incorrido.

##### **ARTIGO 3.º**

##### **INFRACÇÃO DISCIPLINAR**

1. Considera-se infracção disciplinar o facto voluntário intencional ou meramente culposo, praticado pelas pessoas referidas no Art. 1.º, que viole os deveres de correcção, de normal conduta ou de ética, previstos e punidos neste Regulamento Disciplinar e demais legislação aplicável.

2. A infracção disciplinar é punível tanto por acção como por omissão.

3. A responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade civil ou penal.

##### **ARTIGO 4.º**

##### **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**

1. Só pode ser punível disciplinarmente o facto descrito e declarado passível de sanção, por regulamento vigente no momento da sua prática.

2. Não é permitida a interpretação extensiva ou a analogia para qualificar o facto como infracção disciplinar, sendo sempre necessário que se verifiquem os factos constituídos da infracção, estabelecidos nas disposições aplicáveis.

## **ARTIGO 5.º**

### **MOMENTO DA PRÁTICA DO FACTO**

O facto considera-se praticado no momento em que o agente actuou ou no caso de omissão, no momento em que deveria ter actuado, independentemente do momento em que o resultado típico se tenha produzido ou dele se tenha tomado conhecimento.

## **ARTIGO 6.º**

### **PRESSUPOSTOS DA PUNIÇÃO**

A comissão de um resultado por omissão, só é punível quando sobre o omitente recaia um dever que juridicamente o obrigue a evitar o resultado.

## **ARTIGO 7.º**

### **APLICAÇÃO NO TEMPO**

1. As sanções são determinadas pelas disposições vigentes no momento da prática do facto, ou do seu conhecimento.
2. O facto punível segundo a disposição vigente no momento da sua prática, deixa de o ser se uma nova disposição o eliminar do número das infracções; neste caso, se tiver havido sanção, cessa a respectiva execução e os seus efeitos.
3. Quando as disposições disciplinares vigentes no momento da prática do facto punível forem diferentes das estabelecidas em disposições posteriores, será sempre aplicado o regime que concretamente se mostre mais favorável ao infractor, salvo se este já tiver sido sancionado por decisão insusceptível de recurso.

## **ARTIGO 8.º**

### **COMPETÊNCIA DISCIPLINAR**

1. Cabe ao Conselho Disciplinar apreciar e punir, de acordo com a lei e o presente Regulamento, as infracções disciplinares ocorrentes.
2. Para o efeito, compete ao Director do I.M.T., a nomeação dos elementos constitutivos do Conselho Disciplinar, o qual será constituído por :
  - 1 elemento do Conselho Directivo (excepto o Presidente);
  - 1 elemento do Conselho Pedagógico-Científico;
  - 1 Jurista.
3. Na falta de um Jurista, a mesma será suprida pela inclusão de mais um elemento do Conselho Directivo.
4. Cabe ao Conselho Pedagógico-Científico dar o seu parecer em matéria de procedimento disciplinar e tomar conhecimento dos recursos interpostos às deliberações disciplinares.

## **ARTIGO 9.º**

### **EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR**

A responsabilidade disciplinar extingue-se:

- a) Pelo cumprimento da sanção;
- b) Pela prescrição do procedimento disciplinar;
- c) Pela prescrição da sanção;
- d) Por morte do infractor ou extinção da causa, nomeadamente a saída permanente do IMT;
- e) Pela revogação ou comutação da sanção;

## **ARTIGO 10.º**

### **PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR**

1. O direito de instaurar procedimento disciplinar prescreve passados 2 meses, em relação a faltas leves, ou 6 meses em relação às restantes faltas, sobre a data em que aquelas tenham sido cometidas, ou delas houver conhecimento.

2. Se antes do decurso do prazo referido no n.º 1, alguns actos instrutórios, com efectiva incidência na marcha do processo, tiverem lugar a respeito da infracção, a prescrição conta-se desde o dia em que tiver sido praticado o último acto.

## **ARTIGO 11.º**

### **PRESCRIÇÃO DE SANÇÕES**

As sanções disciplinares prescrevem nos prazos seguintes, contados da data em que a decisão se tornar irrecorrível;

- a) Dois meses para as sanções de admoestação e repreensão escrita;
- b) Seis meses para as restantes sanções.

## **ARTIGO 12.º**

### **REVOGAÇÃO E COMUTAÇÃO DAS SANÇÕES**

1. A sanção de Suspensão pode ser revogada ou comutada a requerimento do interessado.

2. A revogação e comutação das sanções é da competência exclusiva do Conselho Disciplinar, ouvidos o Conselho Directivo, o Conselho Pedagógico-Científico e o Delegado de Turma, ou, caso este não exista, o representante da turma.

3. O Conselho Disciplinar deliberará tendo em atenção, entre outros critérios, o manifesto arrependimento do interessado, o seu mérito escolar, ou o seu contributo para a promoção, divulgação e expansão dos objectivos do IMT.

## **CAPÍTULO II**

### **SANÇÕES DISCIPLINARES E SEUS EFEITOS**

#### **ARTIGO 13.º**

##### **ENUNCIÇÃO DAS SANÇÕES**

1. Às infracções disciplinares referidas neste Regulamento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Admoestação;
- b) Repreensão escrita;
- c) Suspensão;
- d) Irradiação Compulsiva.

#### **ARTIGO 14.º**

##### **DA ADMOESTAÇÃO E DA REPREENSÃO ESCRITA**

1. As sanções de Admoestação e Repreensão Escrita, consistem em meros reparos pelas irregularidades praticadas.

2. As sanções de Admoestação e Repreensão Escrita, serão aplicáveis a infracções consideradas leves.

#### **ARTIGO 15.º**

##### **DA SUSPENSÃO**

1. A sanção de suspensão, consiste no afastamento completo do infractor das suas actividades ou funções durante o período da sanção, que poderá ir até 6 meses.

2. A sanção de suspensão determina automaticamente a interrupção dos direitos inerentes ao estatuto de aluno, mas não o dever de cumprimento das suas obrigações para com o IMT ou para com as pessoas com ele directamente relacionadas.

3. A sanção de suspensão cumpre-se a partir da data da sua notificação.

4. A sanção de suspensão, nos termos do número anterior, impede automática e independentemente de qualquer notificação, os remissos para o desempenho de quaisquer funções ou actividades afectas ao IMT.

5. A sanção de suspensão por um período inferior a 30 dias, está sujeita à tramitação especial, consignada na secção IV, Art. 55º.

#### **ARTIGO 16.º**

##### **SUSPENSÃO PREVENTIVA**

1. O Conselho Directivo poderá, de acordo com as circunstâncias específicas do caso concreto, suspender preventivamente o presumível infractor, se a gravidade da falta indicada o justificar.

2. A suspensão preventiva não poderá no entanto, exceder o período de 1 mês.
3. A suspensão preventiva é notificada ao presumível infractor no momento em que lhe é dado conhecimento da instauração do procedimento disciplinar.
4. Se a sanção aplicada for a de suspensão, o período durante o qual o infractor se encontrou suspenso preventivamente, será descontado no tempo de suspensão que lhe tiver sido efectivamente aplicado.
5. Se a sanção prevista na Acusação for a de Admoestação ou Repreensão Escrita, deverá ser levantada oficiosamente pelo Conselho Directivo, ou a requerimento do interessado, a suspensão preventiva.

## **ARTIGO 17.º**

### **IRRADIAÇÃO COMPULSIVA**

1. A sanção de Irradiação Compulsiva consiste no afastamento completo e definitivo do infractor no desempenho de quaisquer funções ou actividades afectas ao I.M.T.
2. A sanção de Irradiação Compulsiva determina automaticamente a perda dos direitos e deveres inerentes ao estatuto de aluno, exceptuando-se o dever de cumprimento de obrigações pendentes para com o IMT ou para com as pessoas com ele directamente relacionadas, sejam elas de natureza pecuniária ou de qualquer outra natureza.
3. A sanção de irradiação compulsiva cumpre-se a partir da data da sua notificação.

## **ARTIGO 18.º**

### **DOS LIMITES DOS EFEITOS DAS SANÇÕES**

As sanções disciplinares têm unicamente os efeitos declarados neste Regulamento.

## **ARTIGO 19.º**

### **UNIDADE E CUMULAÇÃO DE INFRACÇÕES**

1. Não pode aplicar-se ao mesmo infractor mais de uma sanção disciplinar por cada infracção, ou pelas infracções acumuladas que sejam apreciadas num só processo, sem prejuízo do eventual procedimento civil ou criminal instaurado ou a instaurar ao infractor.
2. O disposto no número anterior é de observar mesmo no caso de infracções apreciadas em mais de um processo, quando devidamente apensados.

## **ARTIGO 20.º**

### **DO REGISTO DAS SANÇÕES**

Todas as sanções aplicadas, serão registadas e anexas ao processo individual do aluno.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA MEDIDA E GRADUAÇÃO DAS SANÇÕES**

##### **ARTIGO 21.º**

##### **DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES**

Na aplicação das sanções atender-se-á aos critérios gerais enunciados no Capítulo II deste Regulamento, ao grau de culpa, à personalidade do infractor e a todas as circunstâncias em que a infracção tiver sido cometida, que militem contra ou a favor do infractor.

##### **ARTIGO 22.º**

##### **CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES**

1. São circunstâncias agravantes de qualquer falta disciplinar:

- a) Ser o infractor representante do IMT em exercício de funções;
  - b) A premeditação;
  - c) Ter sido cometida no decorrer de uma aula ou acto público, directa ou indirectamente relacionado com o I.M.T.;
  - d) O conluio com outrem para a prática da infracção;
  - e) O facto de ser cometida durante o cumprimento de sanção disciplinar;
  - f) A reincidência;
  - g) A acumulação de infracções;
  - h) A gravidade do resultado imputável ao infractor, mesmo que a título de negligência.
2. A premeditação consiste na frieza de ânimo, na reflexão sobre os meios empregues ou no protelamento da intenção da prática da infracção disciplinar.
3. A reincidência dá-se quando a infracção é cometida antes de decorrido 1 ano sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da sanção imposta por virtude de infracção anterior.
4. Há acumulação, quando duas ou mais infracções são cometidas na mesma ocasião ou quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior.

##### **ARTIGO 23.º**

##### **CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES**

São consideradas, entre outras, circunstâncias atenuantes das faltas disciplinares:

- a) O bom comportamento anterior;
- b) A confissão espontânea da infracção;
- c) A prestação de serviços relevantes aos objectivos do IMT;
- d) A provocação;
- e) A menoridade.

## **ARTIGO 24.º**

### **DA GRADUAÇÃO DAS SANÇÕES**

1. Quando se verificarem quaisquer das circunstâncias referidas nas alíneas a) a h) do n.º 1 do art. 22.º, a agravação será efectuada dentro dos limites mínimo e máximo da medida da sanção.

2. Concorrendo simultaneamente circunstâncias agravantes e atenuantes, a sanção será agravada ou atenuada dentro dos limites da sua medida, conforme umas ou outras predominarem.

## **ARTIGO 25.º**

### **REDUÇÃO ESPECIAL DAS SANÇÕES**

Quando exista concurso de circunstâncias atenuantes de especial relevância, poderá aplicar-se excepcionalmente sanção de escalão inferior.

## **ARTIGO 26.º**

### **CIRCUNSTÂNCIAS DIRIMENTES DA RESPONSABILIDADE**

1. São circunstâncias dirimentes da responsabilidade disciplinar:

- a) A coacção;
- b) A privação accidental e involuntária do exercício das faculdades intelectuais no momento da prática da falta;
- c) A legítima defesa, própria ou alheia;
- d) A não exigibilidade de conduta diversa;
- e) O exercício de um direito ou o cumprimento de um dever.

2. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do número anterior, a embriaguez, o alcoolismo e a tóxico dependência, não são consideradas circunstâncias dirimentes da responsabilidade.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS FALTAS DISCIPLINARES**

## **ARTIGO 27.º**

### **FALTAS LEVES**

São puníveis com as sanções de Admoestação ou Repreensão Escrita as seguintes faltas disciplinares:

- a) Observações, protestos e ligeiras incorrecções dirigidas a colegas, professores e pessoal administrativo ou auxiliar, no exercício das suas funções e demais pessoas directa ou indirectamente relacionadas com o IMT, de forma a que, das mesmas, transpareça incorrecção;

b) Descuido ou negligência não grave na utilização das instalações ou equipamentos do Instituto, sem prejuízo das consequentes reposições ou indemnizações daí resultantes;

c) Incorreções consideradas ligeiras de comportamento em geral, violadoras da ética e da correcção expectável à boa convivência e que possam prejudicar sem gravidade o bom nome público do IMT ou das pessoas que directamente com ele colaboram.

## **ARTIGO 28.º**

### **FALTAS GRAVES**

São puníveis com as sanções de suspensão até 6 meses as seguintes faltas disciplinares:

a) Insultos, ofensas ou actos que revistam carácter injurioso, difamatório ou grosseiro, dirigidos a colegas, professores, pessoal administrativo ou auxiliar e dirigentes do IMT ou a outras pessoas investidas de funções ou que estejam directamente relacionadas com o IMT, mesmo que provisoriamente;

b) Ameaças ou intimidações dirigidas às pessoas e entidades referidas na alínea anterior;

c) Desrespeito ou não cumprimento de ordens ou instruções emanadas por pessoas ou órgãos competentes do IMT no exercício das suas funções;

d) Acções violentas com consequências físicas e psicológicas para outrem, sem prejuízo do competente procedimento criminal;

f) Destruição ou danificação negligente das instalações ou equipamentos afectos ao IMT, com graves consequências económicas, sem prejuízo das consequentes reposições ou indemnizações daí resultantes;

g) Falsas declarações em processos disciplinares, sem graves consequências para outrem;

h) Comportamento em geral incorrecto, atentatório do decoro e dignidade humana ou que lesem de forma significativa, o bom nome público do IMT ou dos seus colaboradores.

## **ARTIGO 29.º**

### **FALTAS MUITO GRAVES**

São puníveis com a sanção de Irradiação Compulsiva as seguintes faltas disciplinares:

a) Ofensas corporais dirigidas a outros alunos, professores, pessoal administrativo ou auxiliar e dirigentes do IMT ou a outras pessoas investidas de funções ou que estejam directamente relacionadas com o Instituto, mesmo que provisoriamente, ofensas essas praticadas no interior das instalações do IMT ou em instalações directamente relacionadas com o mesmo;

b) Subtracção de quaisquer objectos nas instalações do IMT, de sua propriedade ou não, ou em instalações directamente relacionadas com o mesmo;

c) Destruição ou danificação dolosa de instalações ou equipamentos afectos ao IMT.



- d) Manifesta desobediência, com graves consequências, às ordens e instruções emanadas pelas pessoas a quem for devida obediência;
- e) Falsas declarações em processos disciplinares, com graves consequências para outrem;
- f) Falsificação de dados ou de quaisquer documentos directamente relacionados com a sua permanência no IMT;
- g) Usar de quaisquer meios, visando aliciar ou convencer outros alunos ou colaboradores a abandonar as suas funções ou a frequência do IMT.

## **CAPÍTULO V**

### **DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR**

#### **SECÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **ARTIGO 30.º**

##### **OBRIGATORIEDADE DO PROCESSO DISCIPLINAR**

1. O processo disciplinar é obrigatório e dominado, na medida do possível, pelos princípios da celeridade e da simplicidade.
2. Se em qualquer fase processual o instrutor verificar que a falta disciplinar é constitutiva de um tipo de crime cujo procedimento criminal não dependa de queixa do ofendido, deverá dar conhecimento do facto ao órgão que o nomeou, para comunicação ao Ministério Público.

##### **ARTIGO 31.º**

##### **FORMA DO PROCESSO**

1. O Processo Disciplinar pode ser comum ou especial.
2. O processo especial, aplica-se aos casos expressamente designados neste regulamento e o processo comum, a todos os casos a que não corresponda processo especial.
3. Os processos especiais regulam-se pelas disposições que lhe são próprias e, na parte neles previstas, pelas disposições respeitantes ao processo comum.
4. Nos casos omissos, pode o instrutor adoptar as providências que se afigurarem convenientes para a descoberta da verdade, em conformidade com os princípios legais.

##### **ARTIGO 32.º**

##### **CONFIDENCIALIDADE**

1. O processo disciplinar tem natureza secreta até à notificação ao infractor da acusação, podendo contudo, a seu requerimento, ser-lhe facultado o exame do processo.

2. O indeferimento do requerimento a que se refere o número anterior, deve ser fundamentado e comunicado ao infractor no prazo de 3 dias.

## **ARTIGO 33.º**

### **NOTIFICAÇÕES**

As notificações deverão ser efectuadas directamente ou por carta registada com aviso de recepção, salvo disposição regulamentar em contrário.

## **ARTIGO 34.º**

### **PRAZOS**

1. Os prazos são contínuos, suspendendo-se somente durante os períodos de férias curriculares, previamente definidos pelo IMT.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, aplicam-se às notificações os seguintes prazos de dilação:

- a) 5 dias para os residentes fora do distrito onde corre o procedimento;
- b) 10 dias para os residentes nas regiões autónomas.

## **SECÇÃO II**

### **PROCESSO DISCIPLINAR COMUM**

#### **SUBSECÇÃO I - PRELIMINARES**

## **ARTIGO 35.º**

### **PARTICIPAÇÃO**

1. Todos os alunos que tiverem conhecimento da prática de infracção disciplinar por qualquer pessoa enunciada no art. 1.º deste Regulamento, poderão participá-lo a qualquer membro do Corpo Docente, ao Conselho Directivo, ou directamente ao Director do IMT.

2. Os funcionários e os membros dos Órgãos do IMT que tenham conhecimento de qualquer infracção disciplinar no exercício das suas funções, deverão participá-lo ao Conselho Directivo ou directamente ao Director do IMT.

3. As participações verbais serão reduzidas a auto, onde, na medida do possível, se mencionem:

- a) Os factos que constituem a infracção;
  - b) O dia, a hora, o local e as circunstâncias em que a infracção foi cometida;
  - c) Tudo o mais que eventualmente tiver relevância e, em especial, a identificação do infractor e dos ofendidos directos, se os houver, bem como os meios de prova conhecidos, nomeadamente as testemunhas que puderem depor sobre os factos.
4. O Director nomeará, nos termos do n.º2 do Art. 8º, o Conselho Disciplinar e remeterá para o mesmo todas as participações de pressupostas infracções

disciplinares que lhe tenham sido dirigidas directamente, devendo aquele órgão reunir no prazo de 5 dias úteis para apreciação das mesmas.

## **ARTIGO 36.º**

### **INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR**

1. O Conselho Disciplinar, no âmbito das competências que lhe estão cometidas, instaurará processo disciplinar, o qual deverá dar início logo que seja formalmente recebido o auto ou a participação.

2. Se aquele órgão entender, pelo contrário, que não há lugar a procedimento disciplinar, por entender que a participação é infundada, mandará arquivar a participação ou auto respectivos.

3. Os membros do Conselho Disciplinar, de comum acordo, poderão, após terem recebido o auto, efectuar ou mandar efectuar diligências de carácter secreto ou reservado, antes da instauração ou arquivamento do respectivo processo.

4. Quando se conclua que a participação é infundada e dolosamente apresentada no intuito de prejudicar outrem e contenha matéria difamatória ou injuriosa, poderá ser participada a falta criminalmente, sem prejuízo de adequado procedimento disciplinar, se o participante for uma das pessoas referidas no art. 1.º deste Regulamento.

5. O Conselho Disciplinar dará conhecimento, mediante despacho fundamentado, ao Conselho Pedagógico-Científico, ao Conselho Directivo, ao Director do IMT e ao Delegado ou ao representante de Turma, da instauração do processo disciplinar ou do arquivamento da participação ou auto respectivos.

## **ARTIGO 37.º**

### **APENSAÇÃO DO PROCESSO**

Para todas as infracções cometidas pelo mesmo infractor, será organizado um só processo, mas tendo-se instaurado diversos, serão os mesmos apensados ao da infracção mais grave e, no caso de a gravidade ser a mesma, àquele que primeiro tiver sido levantado.

## **ARTIGO 38.º**

### **NOMEAÇÃO DO INSTRUTOR**

Do despacho que instaurar o procedimento disciplinar, constará a nomeação de instrutor, se possível com adequada formação jurídica, a cujo cargo ficará o expediente do processo.

## **ARTIGO 39.º**

### **SUSPEIÇÃO OU ESCUSA DO INSTRUTOR**

1. O infractor ou o participante poderão deduzir a suspeição do instrutor do processo disciplinar, com qualquer dos fundamentos seguintes:

a) Se o instrutor tiver sido directa ou indirectamente atingido pela infracção;

- b) Se o instrutor for membro da Direcção;
  - c) Se o instrutor for parente na linha recta ou até ao 3.º grau na linha colateral do infractor, do participante ou do ofendido directo se o houver, ou de alguém que com os referidos indivíduos viva em economia comum;
  - d) Se o instrutor for credor ou devedor do infractor ou do participante ou de algum parente na linha recta ou até ao 3.º grau na linha colateral;
  - e) Se estiver pendente, em tribunal civil ou criminal, processo em que o instrutor e o infractor ou o participante sejam partes;
  - f) Se houver inimizade grave ou grande intimidade entre o infractor e o instrutor, ou entre este e o participante ou ofendido se o houver.
  - g) Se, por outra razão, existir motivo sério e grave, adequado a gerar desconfiança sobre a imparcialidade do instrutor.
1. O disposto nas alíneas a) a g) do n.º 1, são motivos de escusa do instrutor para intervir no processo, assim como constituem motivos para nomeação de um novo instrutor, caso o infractor ou o participante o requeiram.
  2. O Conselho Disciplinar emitirá despacho nomeando novo instrutor, no prazo máximo de 5 dias úteis.

## **ARTIGO 40.º**

### **INÍCIO E TERMO DA INSTRUÇÃO**

1. A instrução do processo disciplinar, será sempre precedida pelo Processo de Averiguações, previsto no Art. 56º deste regulamento.
2. A instrução do processo disciplinar deve iniciar-se no prazo máximo de 10 dias, contados da data de notificação ao instrutor do despacho que o mandou instaurar, e ultimar-se no prazo de 40 dias, só podendo ser excedido este prazo por despacho do Conselho Disciplinar, sob proposta fundamentada do instrutor, nos casos de excepional complexidade.
3. Compete ao instrutor tomar, desde a sua nomeação, as providências adequadas a impedir a alteração do estado dos factos, que sejam encobertas irregularidades ou subtraídas as respectivas provas.

## **ARTIGO 41.º**

### **INVESTIGAÇÃO**

1. O instrutor fará autuar o despacho com o auto ou a participação que o contém, notificará o infractor e o participante da instauração do processo disciplinar e procederá à investigação, efectuando todas as diligências que possam esclarecer a verdade material dos factos.
2. O instrutor poderá ouvir o infractor a requerimento deste e sempre que o entender conveniente e acareá-lo com as testemunhas e/ou participantes, até se ultimar a investigação.

3. Nesta fase poderá ser inquirido um número ilimitado de testemunhas, por iniciativa do instrutor, sugestão do Conselho Disciplinar, do Delegado ou representante de turma, ou a requerimento do infractor.
4. Poderá ainda o infractor durante a fase da investigação, requerer ao instrutor, fundamentando por escrito, a promoção de outras diligências para que este tenha competência e consideradas por aquele essenciais ao apuramento da verdade.
5. Quando o instrutor julgar suficiente a prova produzida, poderá indeferir por despacho fundamentado o requerimento referido no número anterior.

## **ARTIGO 42.º**

### **TERMO DA INSTRUÇÃO**

1. Após a investigação, se o instrutor entender que os factos constantes dos autos não constituem infracção disciplinar, que não foi o infractor o agente da infracção ou que não é de exigir responsabilidade disciplinar por virtude de prescrição ou outro motivo, elaborará o seu relatório e remete-lo-á, com o respectivo processo, ao Conselho Disciplinar, propondo o seu arquivamento.
2. Caso contrário, deduzirá a acusação, articulando, com a necessária discriminação, as faltas que repute averiguadas, com referência aos correspondentes preceitos e às sanções aplicáveis neste Regulamento.

## **SUBSECÇÃO II - DEFESA DO INFRACTOR**

### **ARTIGO 43.º**

#### **NOTIFICAÇÃO DA ACUSAÇÃO**

1. Da acusação extrair-se-á cópia, a qual será entregue ao infractor mediante notificação pessoal, ou não sendo esta possível, por carta registada com aviso de recepção, marcando-se ao infractor um prazo de 10 dias para apresentar a sua defesa escrita.
2. Se não for possível a notificação nos termos do número anterior, designadamente por o infractor se encontrar ausente em parte incerta, será publicado aviso em edital exposto nas instalações do IMT, citando-o para apresentação da sua defesa em prazo não superior a 30 dias, contados da data da afixação.
3. O aviso só deverá conter a menção de que se encontra pendente contra o infractor processo disciplinar e o prazo fixado para apresentar a sua defesa.
4. A acusação deverá indicar os factos integrantes da mesma, bem como as circunstâncias de tempo, modo e lugar da infracção e das que integram atenuantes ou agravantes, acrescentando sempre a referência aos preceitos regulamentares respectivos e às sanções aplicáveis.
5. Quando o processo seja complexo, pelo número e natureza das infracções ou por abranger vários infractores, poderá o instrutor conceder um prazo superior ao do n.º 1., prazo esse que terá a duração que este entenda conveniente.
6. Não tendo o infractor apresentado a sua defesa nos prazos estabelecidos nos números anteriores, e se tal se deveu a motivo justificável, poderá vir a fazê-lo mais tarde, elaborando para o efeito requerimento dirigido ao instrutor e

juntando os elementos comprovativos do seu impedimento. O instrutor emitirá despacho no prazo máximo de 5 dias.

7. Se o infractor não apresentar defesa nos prazos supra referidos, o processo prosseguirá, não o podendo vir a fazer em momento posterior nem apresentar recurso da decisão final.

#### **ARTIGO 44.º**

##### **APRESENTAÇÃO DA DEFESA**

1. A resposta do infractor deve ser clara e concisa, na exposição dos factos e razões da sua defesa.
2. Em conjunto com a resposta, deverá ser apresentado o rol de testemunhas e eventuais documentos, assim como requeridas quaisquer diligências, as quais podem ser recusadas em despacho fundamentado, se manifestamente impertinentes e desnecessárias.
3. Não serão ouvidas mais de 3 testemunhas por cada facto, podendo o instrutor recusar a inquirição das testemunhas quando considerar suficientemente provados os factos alegados pelo infractor.
4. A falta de resposta no prazo estabelecido, impede a apresentação da mesma em momento posterior, valendo como efectiva audiência do infractor.

#### **ARTIGO 45.º**

##### **PRODUÇÃO DE PROVA OFERECIDA PELO INFRACITOR**

1. O instrutor designará data, hora e local para a inquirição das testemunhas arroladas, de que notificará o infractor e reunirá os demais elementos de prova oferecidos pelo mesmo.
2. As testemunhas arroladas serão apresentadas pelo infractor no local, data e hora designados pelo instrutor do processo, sendo que no caso de falta justificada de qualquer testemunha, proceder-se-á à sua inquirição no prazo de 10 dias, em data a acordar com o infractor e com a testemunha.
3. O instrutor expedirá 3.ª convocatória se a segunda falta for justificada pela testemunha no prazo máximo de 5 dias, após a data indicada para a inquirição.
4. Poderá ainda o instrutor deferir excepcionalmente, durante o decurso do prazo indicado no número anterior e quando as circunstâncias o justifiquem, requerimento do infractor, solicitando a substituição da testemunha faltosa por outra.
5. Se a testemunha faltar injustificadamente, será eliminada do rol de testemunhas.

#### **ARTIGO 46.º**

##### **RELATÓRIO FINAL DO INSTRUTOR**

Finda a produção de prova a que alude o número anterior, o instrutor elaborará, no prazo de 5 dias, um relatório completo e conciso, donde conste a existência material das infracções, sua qualificação e gravidade, assim como a sanção que

entender justa ou, em alternativa, a proposta para que os autos se arquivem, por ser insubsistente a acusação.

### **SUBSECÇÃO III - DELIBERAÇÃO DISCIPLINAR**

#### **ARTIGO 47.º**

##### **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DISCIPLINAR**

1. Compete ao Conselho Disciplinar apreciar o processo e deliberar no prazo de 20 dias, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Poderá ainda o Conselho Disciplinar devolver o processo ao instrutor para realização de novas diligências que lhe pareçam indispensáveis, estabelecendo para o efeito, o prazo que julgar mais conveniente.

#### **ARTIGO 48.º**

##### **NOTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO**

1. A deliberação disciplinar será notificada ao infractor nos termos do art. 43.º deste Regulamento, com as necessárias adaptações.
2. Serão igualmente notificados da deliberação disciplinar o Conselho Directivo, o Conselho Pedagógico-Científico, o instrutor, o delegado ou o representante de turma, o ofendido, se o houver, e ainda o participante se o tiver requerido.

#### **ARTIGO 49.º**

##### **INÍCIO DA PRODUÇÃO DOS EFEITOS DAS SANÇÕES**

A sanção começa a produzir os seus efeitos no dia seguinte ao da notificação do infractor, ou, não podendo este ser notificado, 15 dias após a publicação de aviso, nos termos do n.º 2 do art. 43.º deste Regulamento.

### **SECÇÃO III**

#### **RECURSOS**

#### **ARTIGO 50.º**

##### **ORGÃOS DE RECURSO**

1. Das decisões do Conselho Disciplinar, cabe recurso para o Conselho Directivo.

#### **ARTIGO 51.º**

##### **LEGITIMIDADE PARA RECORRER**

1. O infractor tem sempre legitimidade para recorrer da decisão final, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

2. O participante só poderá recorrer de deliberações absolutórias e na estrita medida em que o seu interesse em agir dependa de se virem a dar como provados factos donde resulte a culpa do infractor.

3. Não é admissível recurso de decisões ou deliberações de mero expediente.

## **ARTIGO 52.º**

### **PRAZO PARA RECURSO**

Os recursos serão interpostos pelo interessado no prazo de 10 dias, contados do conhecimento da decisão final.

## **ARTIGO 53.º**

### **EFEITOS DOS RECURSOS**

1. Têm efeito suspensivo os recursos interpostos de deliberações condenatórias proferidas nos termos do art. 47.º deste Regulamento.

## **ARTIGO 54.º**

### **DECISÃO DO RECURSO**

1- O Conselho Directivo, deverá proferir decisão do recurso no prazo máximo de 10 dias.

2- Não cabe recurso desta decisão.

## **SECÇÃO IV**

### **DOS PROCESSOS ESPECIAIS**

## **ARTIGO 55.º**

### **PROCESSO SUMÁRIO**

1. Quando estiver indiciada infracção punível com as sanções de Admoestação, Repreensão Escrita, ou Suspensão até 30 dias, deverá o instrutor efectuar investigação sumária e proferir acusação, se for caso disso, no prazo de 15 dias.

2. O infractor disporá de um prazo de 5 dias para apresentar a sua defesa e requerer outros meios de prova.

3. Encerrada a instrução, o instrutor elaborará, em 5 dias, o relatório final.

4. O Conselho Disciplinar, depois de nomeado nos termos previstos neste Regulamento, deliberará, no prazo de 10 dias, a sanção a aplicar.

5. Se da investigação ou das declarações do infractor resultarem indícios de infracção a que corresponda sanção superior ou grande complexidade, organizar-se-á processo comum, aproveitando-se na medida do possível, as diligências já efectuadas.



6. Organizar-se-á ainda processo comum, a requerimento fundado do infractor e deferido pelo Conselho Disciplinar.

7. A tudo o que não se encontrar especialmente previsto nos números anteriores, aplicar-se-á o regime geral da Secção II do Capítulo V deste Regulamento.

## **ARTIGO 56.º**

### **PROCESSO DE AVERIGUAÇÕES**

1. O processo de averiguações é um processo de investigação sumária que deverá concluir-se no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que foi iniciado.

2. Decorrido este prazo, o instrutor elaborará relatório em 5 dias, onde proporá à entidade que tiver mandado instaurar o respectivo processo:

a) O arquivamento do processo, se entender que não há lugar a procedimento disciplinar;

b) A instauração de eventuais processos disciplinares.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **ARTIGO 57.º**

### **ENTRADA EM VIGOR**

Este Regulamento entra em vigor após aprovação em Assembleia Geral convocada para o efeito, com a presença do Corpo Docente e de três representantes do Corpo Discente, que será presidida pelo Director do IMT.

***Regulamento Aprovado em Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2002***